

## APONTAMENTOS SOBRE A TÉCNICA DE PERIODIZAR

*Marcos Jorge \**

**Resumo:** O artigo apresenta uma discussão sobre o problema da periodização na História. Com base em alguns autores selecionados, inicialmente traça um panorama da questão que envolve o segmentar do tempo vivido, em seguida destaca as questões que envolvem a técnica do periodizar no campo disciplinar da História e, finalmente, apresenta os critérios para o uso da periodização.

**Palavras-chave:** Teoria da História. História. Periodização.

### Introdução

Um tema atualmente discutido em História e em História da educação é a periodização, ou seja, a secção do tempo histórico para fins analíticos, ou instauração de segmentos naquilo que se constitui o *continuum* humano.

Entre o início e o fim de qualquer atividade humana no tempo, há a mudança: nenhum homem, nenhuma sociedade são os mesmos de ontem, e serão diferentes dos de hoje; a transformação, por mais

---

\* Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: m1cj2@yahoo.com.br.

ínfima e sutil que seja, remodela quem está inserido no processo histórico, como observa Reis (2005):

Entre o ser inicial e o final há o tempo, a duração que altera o ser. Essa duração não é “natural” – contínua, homogênea, regular, mensurável –, é “humana”, “vívida”, portanto descontínua, heterogênea, irregular, qualitativa e não-numerável (REIS, 2005, p. 180).

Mesmo com a renovação metodológica ocorrida com o movimento da *Nouvelle Histoire*, (em que o conceito de tempo é aceito como descontínuo, e as análises se concentram em recortes temáticos), a reflexão sobre o periodizar tem despertado muito interesse, independente de qual seja a orientação metodológica do pesquisador. Reis (1994) escreve a esse respeito:

A história, se apreendida por conceitos, ganha uma nova periodização [...]. A periodização não se relaciona mais à história universal. A *Nouvelle Histoire* não estuda épocas, mas estruturas particulares. É sempre, como já foi mencionado, uma “história de [...]” circunscrita no tempo e no espaço (REIS, 1994, p. 24).

Outro autor contemporâneo, Le Goff (1996), reforça essa avaliação quanto à forma como a *Nouvelle Histoire* concebe a noção de ruptura entre passado e presente:

A história seria feita segundo ritmos diferentes e a tarefa do historiador seria, primordialmente, reconhecer tais ritmos. [...] mais importante seria o nível mais profundo das realidades que mudam devagar (geografia, cultura material, mentalidades: em linhas gerais as estruturas) trata-se do nível das “longas durações” (LE GOFF, 1996, p. 5).

O objetivo deste artigo é discutir a questão da periodização (um procedimento imprescindível no fazer historiográfico), considerando as reflexões de historiadores que escreveram sobre o assunto. Tal propósito se insere numa preocupação oriunda de uma pesquisa sobre a periodização na História da educação brasileira, onde se pôde constatar a precariedade de trabalhos teóricos que discutam o ato de periodizar.

Utilizando como metodologia a pesquisa bibliográfica, realizamos um levantamento de autores oriundos do campo da História que escreveram sobre o tema da periodização, posteriormente fizemos uma análise desses trabalhos, buscando compreender a questão do periodizar e, finalmente, traçamos algumas diretrizes gerais cujo objetivo foi o de registrar as principais regras, com base nos historiadores estudados, para a utilização do recurso chamado de periodização.

Periodização é um tema complexo, pois envolve o “devir” humano por excelência, ou seja, a vida, as ações humanas impressas no tempo; e a intenção de captar esse tempo é algo de extrema controvérsia, que inquieta os historiadores:

Seria possível segurar esse tempo humano que transcorre vertiginosamente, vivido na inquietação, no terror do horizonte mortal? Seria possível regular a clepsidra para que a areia/água não desça de uma só vez, sem deixar vestígios do ser que estava na parte superior? (REIS, 2005, p. 181).

Eis a grande marcha da História: reconstruir aquilo que já não é (o passado) para tentar dar sentido ao momento que passa, ou seja, o presente. Para tanto, a pergunta do pesquisador é: tal tarefa é possível? E o autor complementa:

Entretanto, é preciso controlar de alguma forma essa descida humana no tempo, é necessário acompanhar essa passagem dos homens. Como? Essa é a problemática do tempo histórico: o acompanhamento dos homens em suas mudanças, e sua descrição e análise (REIS, 2005, p. 181).

Baliñas (1965) expõe as inquietações de Julián Marías sobre o segmentar do tempo histórico:

La ordenación histórica no es una mera *sucesión* cronológica, en virtud de la cual se podría hacer corresponder un número ordinal a cada punto de vista y a cada forma de potencia de lo real correlativamente. En primer lugar, el tiempo es irreversible

[...]. En segundo lugar, cada momento es cualitativamente insustituible [...]. En tercer lugar, cada situación histórica viene de las demás anteriores, y éstas quedan implicadas en ellas (MARIAS apud BALIÑAS, 1965, p. 324-25).

### **O problema da periodização**

A questão do periodizar está presente na História e em quase todas as disciplinas (artes, literatura, sociologia, antropologia etc.), mas é ainda pouco estruturada do ponto de vista teórico.

Conceitualmente, periodizar é uma operação que consiste na divisão cronológica para efeitos de análise de uma grande unidade temporal. Bauer (1957, p. 144) complementa que “esta separación lo llamamos ‘periodificación’, y a los espacios de tiempo limitado por esse processo: períodos”.

Rama (1963, p. 176) fornece uma definição de período:

Por período histórico se entiende, de acuerdo a una recibida definición de C. J. Neumann “espacios de tiempo bien individualizados de la vida histórica, que, por su contenido y sustancia, se ligan en una unidad, y que, justamente por ello, se destacan de los que preceden o siguen”.

Ao que parece, periodizar é um processo controverso e carente de estudos mais sistematizados, porém tão importante para as ciências do homem que, para poder melhor entender e organizar o conhecimento da história da humanidade, se faz necessário proceder em recortes.

As questões relativas à cronologia (e à periodização) estão intrinsecamente ligadas ao fazer historiográfico e estão sempre amparadas nos valores de quem o realiza, como observa Bauer (1957, p. 147): “las cuestiones de periodificación están condicionadas por la concepción que del mundo tenga el historiador”.

Dessa forma, o ato de periodizar não tem uma natureza em si mesmo, é totalmente obra do pesquisador e tem um alcance bastante limitado às suas necessidades, uma vez que “toda división histórica

es, em último término, algo arbitrário y debe mantenerse dentro de ciertos limites que ella misma proporciona” (BAUER, 1957, p. 153).

Rodrigues (1969, p. 116) observa a artificialidade que encobre toda divisão periódica, os caracteres subjetivos que influem na escolha dos marcos de um período e muitos outros fatores.

Em toda periodização se intromete a idéia do mundo do historiador ou filósofo. Uns preferem periodizar segundo critérios econômicos, outros, como Troeltsch, marcam os períodos baseados nas transformações espirituais e culturais ou nas suas relações com as modificações econômicas, e outros, finalmente, como von Below, de acordo com a tradição, preferem apoiar-se nas modificações políticas.

O autor observa ainda um relativo desconforto no uso da periodização para a análise histórica, pois, em certa medida, seccionar o tempo histórico, ainda que para efeito de método, entra em choque com o material de trabalho do historiador, que é o “desenrolar” ininterrupto de eventos, consequência dos atos humanos sobre a natureza. Assim, “a história é realmente um suceder contínuo”, um todo de difícil apreensão pelas partes.

No entanto, esse movimento encerra uma lógica interna que lhe dá estabilidade, coerência e impulso e integra esse mecanismo a “transformações e os nexos efetivos que as ligam como a um todo”. São justamente esses nexos que se prestam à análise histórica e devem ser dispostos em cortes ou períodos que comportariam as “tendências dominantes e que logo caracterizariam uma época” (RODRIGUES, 1969, p. 114).

Ainda segundo Rodrigues, estabelecidos os períodos, estes teriam a função de destacar, dentre outras, toda a “cultura de uma época”, seus valores, crenças, seus objetivos materiais etc. Poderia ser que “uma pessoa, um simples fato, um acontecimento encarnam em si mesmos um período” (p. 113). Por outro lado, essas chamadas “tendências dominantes” carregam os seus opostos, convivendo em permanente tensão; preparam o futuro, quando então se impõem definitivamente.

Percebe-se que “periodizar é interpretar”; é uma ação intelectual circunscrita num tempo e espaço definidos, ou seja, socialmente marcados. O historiador, condicionado pelas conjunturas do seu tempo, procede a uma “leitura” das fontes disponíveis de uma determinada época, estabelecendo um recorte para a análise.

No entanto, em razão dos avanços técnico-científicos, novas “interpretações” podem aflorar e, portanto, outros recortes sobre antigas fontes podem se estabelecer. Esse processo revela a relativa dependência da periodização às “especificidades” da conjuntura em que se realiza:

Não é possível uma periodização estritamente “científica” da matéria histórica: os períodos adotados nunca são unidades naturais no sentido de se apresentarem espontaneamente ao historiador como unidades unívocas (BESSELAAR, 1970, p. 93).

Segundo Besselaar (1970), o primeiro grande corte realizado pelos historiadores instituiu dois períodos: Pré-História e História. O primeiro foi dividido em Idade da pedra e Idade dos metais, em que aquela se subdivide em duas fases: Paleolítico e o Neolítico; e esta, em duas: a do Bronze e a do Ferro. O domínio do fogo, as técnicas agrícolas e a fundição de metais são os marcos de periodização na Pré-História. É possível observar, então, que o “período” é um marco de tempo relativamente longo, que abrange características bem gerais e que comporta a possibilidade de ainda ser subdividido em fases ou eras.

Dessa forma parece estabelecido que um período impulsiona outro, tem uma existência e validade temporal finita, limitada e superada sempre por novas transformações técnicas, culturais e sociais que, por sua vez, demarcarão novas “quadras históricas”.

Rodrigues (1969), ao traçar um panorama da “história da periodização”, observa que o recurso de subdividir a história da humanidade em eras temporais não teve suas origens nas ciências históricas. Foi o Cristianismo, ainda no tempos romanos, que fez a transposição dessa prática da astrologia para a História. Para isso, utilizou o livro de Daniel (VII, 14, 23), dividindo a Humanidade em quatro

grandes impérios: Assírio, Persa, Macedônio e Romano. Esse esquema, denominado “quatro impérios universais” que se sucedem, perdurou até o século XVI.

Nos Tempos Modernos, inicia-se a fase de reformulação desse modelo: *Jean Bodin* é o seu iniciador, mas os humanistas é que farão a crítica do método. Resgatando o legado greco-romano, concebem a noção do *Medievo* – caracterizado como um período entre duas eras de “luzes” – tempo obscuro e “desprezível” em que “a humanidade não tomou banho” e que sucumbiu ante a Renascença.

Assim é estabelecida a divisão tripartite da História: Antigüidade Clássica, Idade Média, Tempos Modernos, que, embora se pretenda universal, diz respeito à civilização ocidental. Ainda segundo o autor, esse padrão perdurou por longo tempo, pois continha o principal elemento crítico da Modernidade “que caracterizava os séculos de domínio absoluto da Igreja Romana como uma época de superstições obscuras e sombrias” (RODRIGUES, 1969, p. 116).

Esta divisão apresenta questionamentos quanto à limitação, por se referir basicamente à Europa Ocidental, e quanto à duração de cada período: a chamada Antigüidade Clássica abrange três ou quatro milênios; a Idade Média, quase mil anos; enquanto os Tempos Modernos compreendem apenas quatro ou cinco séculos. A esta tripartição, foi acrescentado um quarto período, o “Contemporâneo”, com início em 1789 e que se estende aos dias atuais.

Uma possível e prematura conclusão que se pode deduzir do exposto acima é a “obrigatoriedade” da periodização como requisito necessário ao historiador para responder às perguntas que lhes são feitas.

### **Os critérios para periodizar**

Periodizar é segmentar a rica experiência humana no tempo, tendo como finalidade última identificar a lógica interna ou o sentido de coerência presente em determinada época histórica, ou seja, reordenar

o encadeamento temporal, oferecendo organicidade ao fluir cronológico. Parece ser quase impossível o trabalho do historiador sem a periodização:

La necesidad que nos impulsa a la periodificación no es otra que la de iluminar la oscura trama de los fenómenos históricos, de compendiar y ordenar la madeja de las relaciones históricas. La periodificación nace de la necesidad de destacar, en su especialidad, el sucesivo encadenamiento causal particular; nace del conocimiento más profundizado de las relaciones del devenir histórico (BAUER, 1957, p. 154-155).

Quanto aos critérios de periodização, Rodrigues (1969) apresenta alguns exemplos das ciências sociais: as periodizações “ideológicas” de Vico, Comte e Marx, que “interessam-se pela significação geral da história para a concepção do mundo”, em que fases se sucedem num movimento qualitativo à frente; as “sociológico-institucionais”, em que “se destaca o pensamento naturalista que condiciona esses esquemas”, postula um ideal evolutivo, “um período mais elevado” a ser atingido “para que o fim último da história universal seja alcançado”, esquemas dos quais participam as periodizações de Spengler, Toynbee, Werner Sombart e Max Weber; e as periodizações baseadas na “teoria dos ciclos históricos ou repetição cíclica” e na “teoria das gerações”, ambas com raízes no pensamento biológico, não utilizadas atualmente.

Reafirmando a gama de possibilidades para a periodização, Besseelaar (1970) apresenta como critério os “meios de subsistência” que o homem empregou para sobreviver. Assim, a história da humanidade se dividiria em:

- a) fase nômáda que abrange o período paleolítico (60.000 – 6.000 a.C.): o homem é caçador, pescador, colecionador etc. [...], sem praticar a agricultura ou o pastoreio; b) fase agrária e pastoril, que se iniciou (em algumas regiões) no período neolítico (6.000 a.C.): o homem passa a viver da agricultura e do pastoreio; formação de Estados; aglomeração em cidades, etc.
- c) fase industrial e técnica, que teve seu início (pelo menos, em alguns países) por volta de 1800 d.C. e, hoje, começa a abranger o mundo inteiro (BESSELAAR, 1970, p. 94).



Dujovne (1959), citando Van Der Pot – historiador holandês<sup>1</sup> –, apresenta os critérios deste autor que acredita que a periodização revela a “síntesis más general de nuestro conocimiento histórico” (p. 272) e, em seguida, expõe as teses de seu “método” de periodização:

1ª), que la división no debe basarse em una ley histórica; 2ª), que “es deseable determinar el carácter de los períodos antes de fijar sus límites”; 3ª), que “es imposible determinar a priori directivas para medir la proporción correcta de la duración de los períodos o para establecer el número de ellos”; 4ª), que “em vez de fijar el comienzo de un período em el momento que se inicia el fenómeno nuevo que caracteriza tal período, es preferible fijarlo em el momento em que ese fenómeno nuevo adquiere primacías”; 5ª), que “no hay que determinar límites demasiado precisos para los períodos”; 6ª), que “es deseable que el valor tipológico de las denominaciones de los períodos no abarque más de un sólo aspecto de la civilización”; 7ª), que “es deseable que estas denominaciones se refieran todas al mismo aspecto de la civilización”; 8ª), que “es deseable que la historia sea dividida considerando el aspecto de la civilización tenido por más impórtante a la luz de la concepción que nos hayamos formados del mundo”; 9ª), que “la influencia de ésta sobre la división de la historia em períodos debe limitarse al criterio de división y no debe llevar a construcciones apriorísticas de la historia misma” (VAN DER POT apud DUJOVNE, 1959, p. 272).

Ainda quanto aos parâmetros para um periodização relativamente rigorosa, encontramos a proposta metodológica de Bauer (1957):

- 1 – Cada período debe ser deducido de su objeto, esto es, de los hechos históricos mismos o de las concepciones de la época que abarca. Com otras palabras, no debemos llevar nuestro propio concepto a la caracterización de un período histórico. Los contemporáneos deben, al menos, haber sentido la sospecha de hallarse situados, em ciertos aspectos, em una época de transición de las condiciones de vida em que hasta entonces vivieron y de que esas condiciones van a orientarse, desde ese momento, em una nueva dirección.
- 2 – Todo período debe constituir un conjunto naturalmente

<sup>1</sup> Johan Hendrik Jacob Van Der Pot. *De periodisering der geschiedenis: een overzicht der theoriën*. La Haya, 1951.

bien delimitado y confurado en si mismo, que se distinga claramente del que le precede y del que le sucede. K. J. Newmann caracteriza esto acertadamente cuando compara la separación de los períodos en el tiempo con la distinción de los países en el espacio, y designa éstos como “partes de la Tierra bien individualizadas”.

3 – Los puntos de vista para la distinción de los períodos deben ser de naturaleza uniforme. No debe fundamentarse la división de un período em los hechos jurídicos-políticos y la de outro en los câmbios histórico-culturales o econômicos; el undamento para la distinción debe ser el mismo para ambos períodos. (BAUER, 1957, p. 156-157).

Para além dos possíveis critérios para um bom periodizar, é preciso estar atento a alguns problemas freqüentes na temática da periodização. Almeida (1988, p. 118-119) pontua alguns deles: o primeiro se refere à chamada “falsa periodização”, que é a divisão em “períodos rígidos, procustianos, de cem ou dez anos exatos cada um”; um outro é a utilização de “um esquema temporal válido e funcional para o problema “X”, aplicando-o sem alteração ao problema “Y”; também pode ocorrer confusão entre “efemérides com fatos históricos”, ou, ainda, um quarto erro, que é o de se “atribuir excessiva importância a um fato e/ou data, estendendo indevidamente sua influência a um longo período”.

### Considerações Finais

Na crítica que empreendemos, adotamos a orientação de deixar “falar” os autores, selecionando aspectos fundamentais de suas respectivas obras com intuito de explicitar suas concepções sobre o tema da periodização bem como seus recursos metodológicos quanto o seu uso.

Depois desse exame, parece bem nítida a pluralidade em relação ao tema, bem como a qualquer padrão de como proceder quanto ao ato de periodizar. Confirmamos assim que o problema da periodização não é uma temática geradora de consenso como técnica ou recurso metodológico no interior da historiografia, que parece conviver com posições antagônicas sobre a questão que tomamos para estudo.

Observamos que há historiadores que defendem o estabelecimento de regras mínimas para a periodização, enquanto alguns profissionais admitem que devam prevalecer apenas as motivações pessoais balizando as opções quanto à seleção dos marcos temporais.

Entendemos esse posicionamento como resultado da renovação metodológica por que passa o campo historiográfico hoje, que separa as concepções que se preocupam com a totalidade dos fenômenos sociais, como é o caso do materialismo histórico, de um lado, e a *Nouvelle Histoire*, que descarta a possibilidade de apreensão do todo social sendo, portanto, a periodização, um recurso discutível e até mesmo dispensável.

#### NOTES ON THE TECHNIQUE OF PERIODIZING

**Abstract:** The article presents a discussion on the problem of the periodization in History. Initially it are brought up some considerations about a panorama of the question that involves division the lived time, after that is detached the some questions that involves the technique of periodization in the History and finally it presents the criterias for the use of the periodization from some selected authors.

**Key words:** Theory of History. History. Periodization.

#### Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria. Ângela Vinagre. História da educação brasileira – o problema de sua periodização. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, n. 161, p. 112-141, 1988.

BALIÑAS, Carlos A. **El Acontecer histórico** – un estudio antológico sobre el tema del historiador. Madrid; México: Ediciones Rialp, 1965.

BAUER, Wilhelm. **Introducción al estudio de la Historia**. 3. ed. Barcelona: Bosch, 1957.

BESSELAAR, José Nan Den. **Introdução aos estudos históricos**. 3. ed. São Paulo: Editora Herder, 1970.

DUJOVNE, Leon. **Teoria de los valores y filosofia de la história**. Buenos Aires: Paidós, 1959.

---

GLÉNISSON, Jean. **Iniciação aos estudos históricos**. São Paulo: Difel, 1961.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.

RAMA, Carlos M. **Teoria de la História** – introducción a los estudios históricos. Buenos Aires: Ed. Nova, 1959.

REIS, José Carlos. **Nouvelle Histoire e Tempo Histórico** – contribuição de Febvre, Bloch e Braudel. São Paulo: Ática, 1994.

\_\_\_\_\_. **A História entre a filosofia e a ciência**. São Paulo: Ática, 1996.

\_\_\_\_\_. **História e teoria** – historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969.